

Consórcio da Suez prevê que liminar contra obras cairá hoje

A liminar que resultou na paralisação das obras da usina hidroelétrica de Jirau, no rio Madeira, pode ser reconsiderada hoje, e assim, possibilitar o atendimento ao cronograma de obras estabelecido pelo consórcio responsável, o Energia Sustentável do Brasil. O principal motivo, segundo Victor Paranhos, presidente da empresa, é o prolongamento, acima do normal, do período de seca na região. O Madeira está com seu nível cerca de 30% abaixo da média histórica para esta época do ano e por essa razão ainda há tempo de colocar em prática o plano de iniciar a operação da usina com um ano de antecedência, ou seja, em 2012.

O pedido de anulação da liminar foi solicitado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no final da tarde da sexta-feira (28). O órgão ambiental recorreu da liminar que foi concedida há cerca de 10 dias pela 3ª Vara da Justiça Federal de Rondônia, que suspendia a licença parcial para a usina. A assessoria da Advocacia Geral da União (AGU) explicou que o recurso é um pedido de reconsideração da decisão do juiz Élcio Arruda que atendeu ao pedido do secretário do Fórum Brasileiro de ONGs e do Movimento Social para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), pois o processo foi conduzido pelo lado político e não pelo técnico.

Paranhos ressaltou que o Energia Sustentável está contando com o auxílio de São Pedro. "Se a liminar que impede a continuação das obras cair hoje, é possível fazermos um esforço brutal para seguirmos com o cronograma", avaliou. Entre as ações, o executivo aponta o trabalho 24 horas por dia, sete dias por semana, o destacamento de um número maior de máquinas e de pessoas para acelerar o ritmo das obras e realizar a instalação das enscadeiras e do canteiro de obras, que inclui os alojamentos dos operários.

Segundo ele, todo o maquinário está no local onde a obra estava sendo realizada. "O pessoal está a uma hora de distância, assim que soubermos da autorização judicial, estamos prontos para recomeçar imediatamente os trabalhos", relatou o presidente do consórcio.

Paranhos afirmou que o consórcio já atendeu a todas as cláusulas determinadas pelo Ibama como compensações ambientais que fazem parte da licença parcial. "Todas as exigências já foram cumpridas, da nossa parte não falta mais nada", revelou. O instituto determinou a aplicação de R\$ 36 milhões para projetos de habitação e saneamento em Porto Velho e a adoção permanente das reservas biológica e extrativista de Cuniã. Além disso, o consórcio terá que destinar recursos para pesquisa de espécies em extinção na região da usina, como o tamanduá-bandeira, o tatu canastra, a onça pintada e o boto vermelho.

Mais térmicas

Questionado sobre o impacto que uma possível perda da janela hidrológica teria sobre o projeto da usina, Paranhos disse que se isso acontecer, o Energia Sustentável terá uma postergação de receita que ele denominou como não significativo. "O prejuízo será maior para o Brasil e para os consumidores, que terão de pagar por uma energia térmica que é mais cara e poluidora", advertiu.

O preço da energia é um tema que preocupa o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, e o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que expressaram preocupação quanto à entrada de mais termoeletricas na matriz energética nacional durante evento no Senado. Para o chefe da pasta de energia, a conta pode alcançar valores que foram estimados de R\$ 1 bilhão a R\$ 4 bilhões em 15 anos, período de duração dos contratos para térmicas.

Kelman explicou que se Jirau não entrar em operação em 2012 não faltará energia para o Brasil. Segundo ele, a energia limpa será substituída pela produção mais cara e poluente das termoeletricas. A Aneel será obrigada a fazer um novo leilão de energia no ano que vem para contratar 1 mil MW para serem entregues no lugar da usina do Madeira. Ele destacou que esse certame contrataria térmicas movidas a óleo. Essas usinas têm a instalação mais rápida que qualquer outra e o modelo de cálculo para a tarifa-base acaba favorecendo esse tipo de empreendimento, mesmo sendo mais poluente do que outras fontes.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, revelou semana passada que tentará mudar essa forma de cálculo que é feita com base no Índice Custo-Benefício (ICB), uma média que leva em conta uma previsão de despacho de energia durante um período de 15% do tempo de um ano mais a soma do custo de aluguel pelas centrais paradas durante o resto do tempo no mesmo ano.

A Eletrobrás e a Celesc liberaram linha de crédito R\$ 60 mi para a recuperação do sistema de distribuição elétrica de Santa Catarina, e a Caixa Econômica Federal liberou R\$ 1,5 bi.

Consórcio da Suez prevê que liminar contra obras cairá hoje. DCI, Energia Elétrica, 01/12/2008.